

A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES SOCIAIS NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA

Joyce Milena Honorato da SILVA¹
Juliene Aglio de OLIVEIRA²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo abordar uma pesquisa realizada entorno da importância dos indicadores sociais na gestão de políticas públicas. Para centralizar a pesquisa o município elencado como foco de estudo foi Marabá Paulista, localizado no interior do estado de São Paulo, de modo que foram levantados dados numéricos do município e a partir desses foi possível realizar a construção de indicadores sociais que retratam a situação dos moradores e revelam a importância desse mapeamento para melhor implantar políticas públicas e possibilitar acesso a bens e serviços públicos visando assim o desenvolvimento dos cidadãos e a garantia de direitos. Demonstra por consequência que a construção de indicadores sociais vai em direção de uma efetiva transformação da realidade, pois possibilita identificar as “lacunas” e mensurar a efetivação dos serviços. Este estudo somente foi possível por meio de uma metodologia que contemplou pesquisa bibliográfica com a interpretação de diversos autores e a pesquisa eletrônica em ferramentas disponíveis na web.

Palavras-chave: Indicadores Sociais. Gestão. Políticas Públicas. Assistente Social.

1 INTRODUÇÃO

O estudo é fruto das atividades propostas nas aulas da disciplina Gestão Social IV no segundo semestre de 2013, pela leitura e interpretação de indicadores sociais disponíveis em diferentes ferramentas da web, e a partir dessas foi construído um estudo e análise dos indicadores sociais de um município.

O município abordado no decorrer da pesquisa foi o município de Marabá Paulista situado no interior de São Paulo, o qual carrega marcas históricas

¹Discente do Curso de Pós-Graduação "Lato-Sensu": Gestão do Trabalho Social com Famílias no Centro Universitário "Antônio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente. Bacharel em Serviço Social do Centro Universitário "Antônio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente. E-mail: joycemilenahs@outlook.com

² Coordenadora do curso de Serviço Social no Centro Universitário "Antônio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente.

relacionadas a uma economia agrária e pecuária, e apresenta situações de vulnerabilidades sociais que requerem uma maior atenção e intervenção pública.

Para melhor compreensão dos objetivos da pesquisa esse se encontra dividido em capítulos e subitens.

O segundo capítulo tem por objetivo esclarecer o que são os indicadores sociais, os diferenciando de dados quantitativo “brutos” e clareando o que os mesmos possibilitam no cotidiano seja acadêmico ou nas políticas públicas.

O terceiro capítulo narra a história do município a forma como este foi povoado, de onde vieram seus habitantes e como foi intitulado em Marabá Paulista.

O quarto capítulo está subdividido em cinco itens, o qual se propõe a discutir o perfil os moradores e os serviços públicos que os mesmos tem acesso. O primeiro discute as características gerais populacionais, como sexo, escolaridade, idade, IDH; e partindo do pressuposto que o IDH considera três pilares na construção do seu índice sendo a escolaridade, renda e longevidade, esses três foram os outros pontos a serem abordados no trabalho e por fim a política de assistência e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, e considerações finais trazendo a tona a realidade de Marabá Paulista, com base em dados.

Para materialização da pesquisa foi utilizado referências bibliográficas, diferentes materiais disponíveis em aula e ferramentas da web que permitem o acesso as informações públicas do município, como o Ibge, Datasus, Atlas do Desenvolvimento Social, Fundação Seade, Secretaria do Desenvolvimento Social e Sagi.

2 INDICADORES SOCIAIS

Dados representados por números e quantidades quando analisados se transformam em informações e conhecimento, a partir desses teremos os indicadores sociais que sintetizam e descrevem a realidade de um determinado território ou até mesmo do país inteiro, “é um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma” (JANNUZZI, 2012, p. 21)

Os indicadores podem ser utilizados tanto em âmbito acadêmico facilitando a melhor compreensão do que se estuda; como para auxiliar no planejamento de políticas públicas permitem que essas se efetivem de acordo com a realidade/necessidade do espaço em que ela irá se materializar e por meio deles é possível acompanhar e monitor as mudanças da realidade dinâmica, assim entende o autor:

Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidencia empírica dos fenômenos sociais observados [...].

[...] os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitando o monitoramento das condições de vida e o bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil.(JANNUZZI, 2012, p.15)

Assim os indicadores construídos a partir da análise dos dados permitem a definição de prioridades em uma intervenção além de mensurar e monitorar a realidade que está sendo abordada, “Em outros termos os indicadores sociais atuam na mensuração dos avanços ou retrocessos nas condições de vida da população, direciona as prioridades sociais e aponta aos erros e acertos das políticas publicas.”. (GIROTO et al., 2006, p. 7)

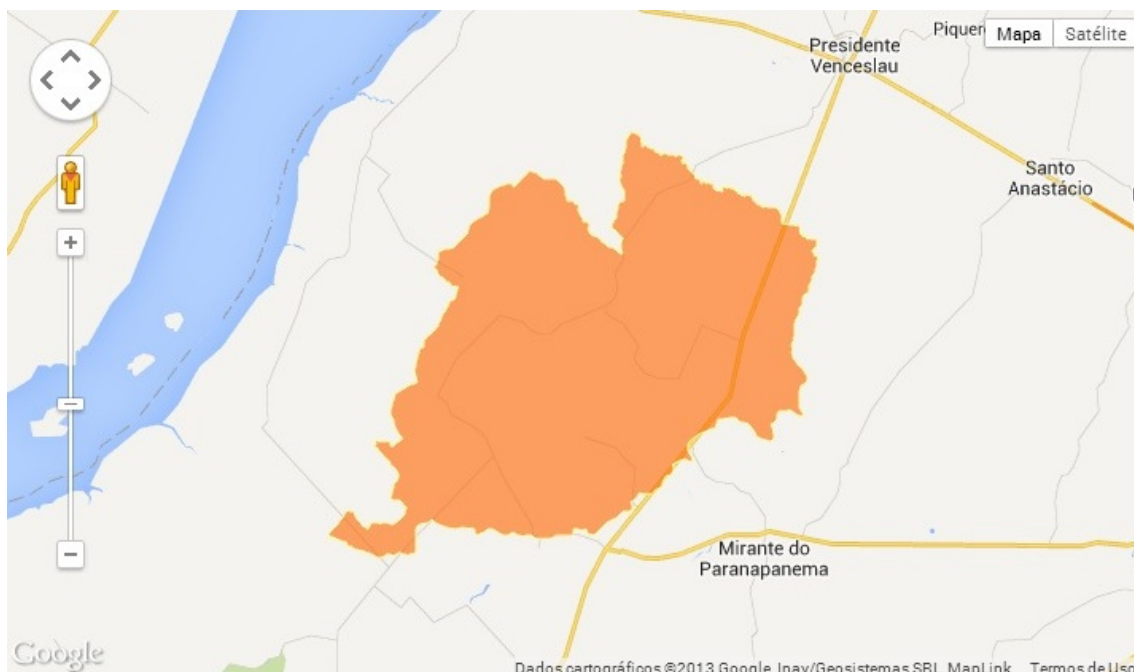
Assim Jannuzzi (2012, p. 22-23) evidencia a diferença entre dados estatísticos e indicadores, os dados estatísticos em si correspondem ao dado social na sua forma bruta e não contextualizada, entretanto servem os dados dessa forma servem de matéria prima para a construção de indicadores que requer um conteúdo, uma análise, um valor contextual do que o dado expressa.

Com base nesse pressuposto o texto se propõe a construir indicadores do município de Marabá Paulista e utilizar alguns já prontos para traçar um panorama da realidade vivenciada pelos moradores desse território.

3 O HISTORICO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA

O Município de Marabá Paulista conforme informações disponíveis no site oficial da prefeitura (s.d.; s.p-s.p.) está localizado na região de Presidente

Prudente, ficando próximo ao município de Presidente Venceslau e Mirante do Paranapanema, conforme pode ser visualizado no mapa:



Fonte: IBGE

Para melhor compreendermos a história do município será utilizada informações disponíveis no site do IBGE (s.d.;s.p.-s.p.).

Seu povoamento se iniciou através de um conjunto de fazendas que se instalaram no local, muitas dessas pessoas eram moradores de Presidente Venceslau. Esse povoamento foi denominado como “Areia Dourada”, consolidou-se a partir de 1938 pela reunião de diversos colonos, principalmente nordestinos, progredindo rapidamente.

Em 1944 deixa de ser um povoamento passa a ser um Distrito de Paz de Areia dourada, com terras desmembradas do município de Presidente Venceslau e dos Distritos de Caiuá e Presidente Epitácio, por meio do Decreto-lei Estadual nº 14334, de 30 de novembro de 1944, no município de Presidente Venceslau.

Alguns anos mais tarde o Distrito é elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 2456 de 30 de dezembro de 1953, desmembrando-se de Presidente Venceslau, sendo denominado “Marabá Paulista” que corresponde a

“mestiço de francês com índia; filho de índio com branco; filho das ervas”, sendo o gentílico: marabaense.

Hoje a população é formada por 4.812 habitantes, com uma dimensão territorial de 918,769 km², de densidade demográfica de 5,27 habitantes/km², segundo informações disponíveis no site oficial da prefeitura (s.d.;s.p.-s.p.), Marabá Paulista está entre os dez municípios com maior número de famílias em ocupação dos Movimentos Socioterritoriais, destacando-se o Movimento dos Sem Terra – MST.

Um município composto com um número baixo de habitantes, ainda conforme as informações da prefeitura, o comércio da cidade é pequeno sendo que a população tem por hábito fazer suas compras nas cidades vizinhas. O município possui um único banco “Nossa Caixa & Banco do Brasil”, um posto do Bradesco na agência do Correio Local e casa lotérica & caixa federal, possui algumas repartições públicas, posto de saúde, um presídio e cinco escolas.

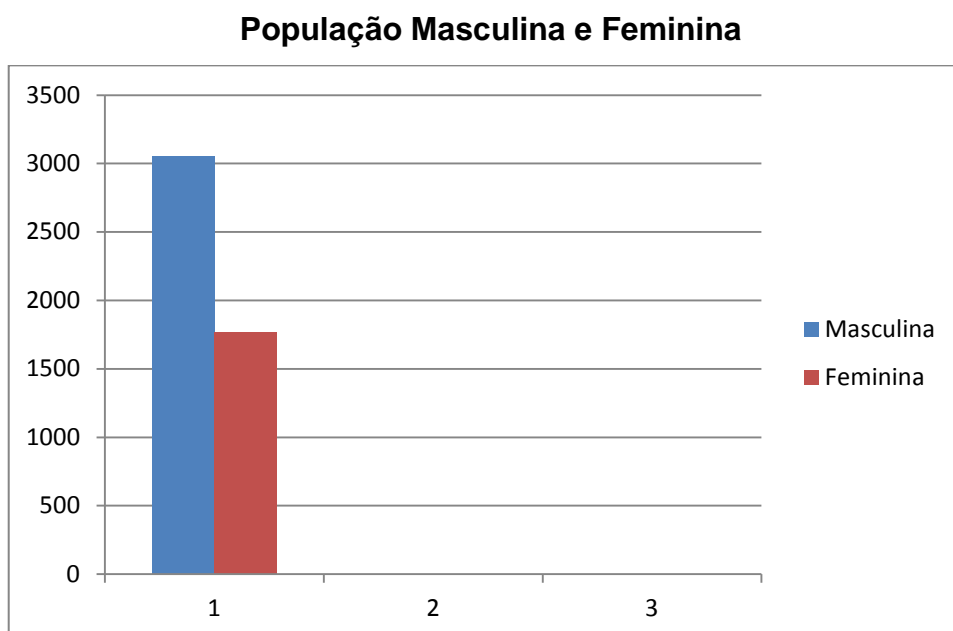
A sua população adulta, na sua maioria não possui qualificação para o mercado de trabalho, com um baixo nível de escolaridade, sendo compostos por assentados, arrendatários e pequenos proprietários que trabalham em empregos temporários nos cortes de cana-de-açúcar, lavouras e em outros serviços inerentes ao meio rural, o que resulta em um município o qual se encontra em situações de vulnerabilidade em diferentes níveis, conforme demonstra os indicadores sociais e econômicos desse local, dados esses que serão indicados no decorrer do estudo.

4 INDICADORES SOCIAIS MARABÁ PAULISTA

Este capítulo se propõe a traçar um perfil com as diferentes características da população marabaense, enfatizando características gerais bem como específicas relacionadas a renda, acesso a políticas públicas entre outras que se encontram divididas nos próximos subitens.

4.1 Características Gerais Populacionais

Segundo o IBGE por meio de informações do Censo de 2010 a população do município de Marabá Paulista é formada por 4.812 habitantes, complementando melhor essa informação o IBGE calcula que aproximadamente 3.048 habitantes da população marabaense são homens e 1.764 mulheres, o que indica uma predominância no sexo masculino o que por consequência pode vir a ser no futuro um dos indicadores para queda da taxa de natalidade, informação essa que pode ser melhor visualizada no próximo gráfico:



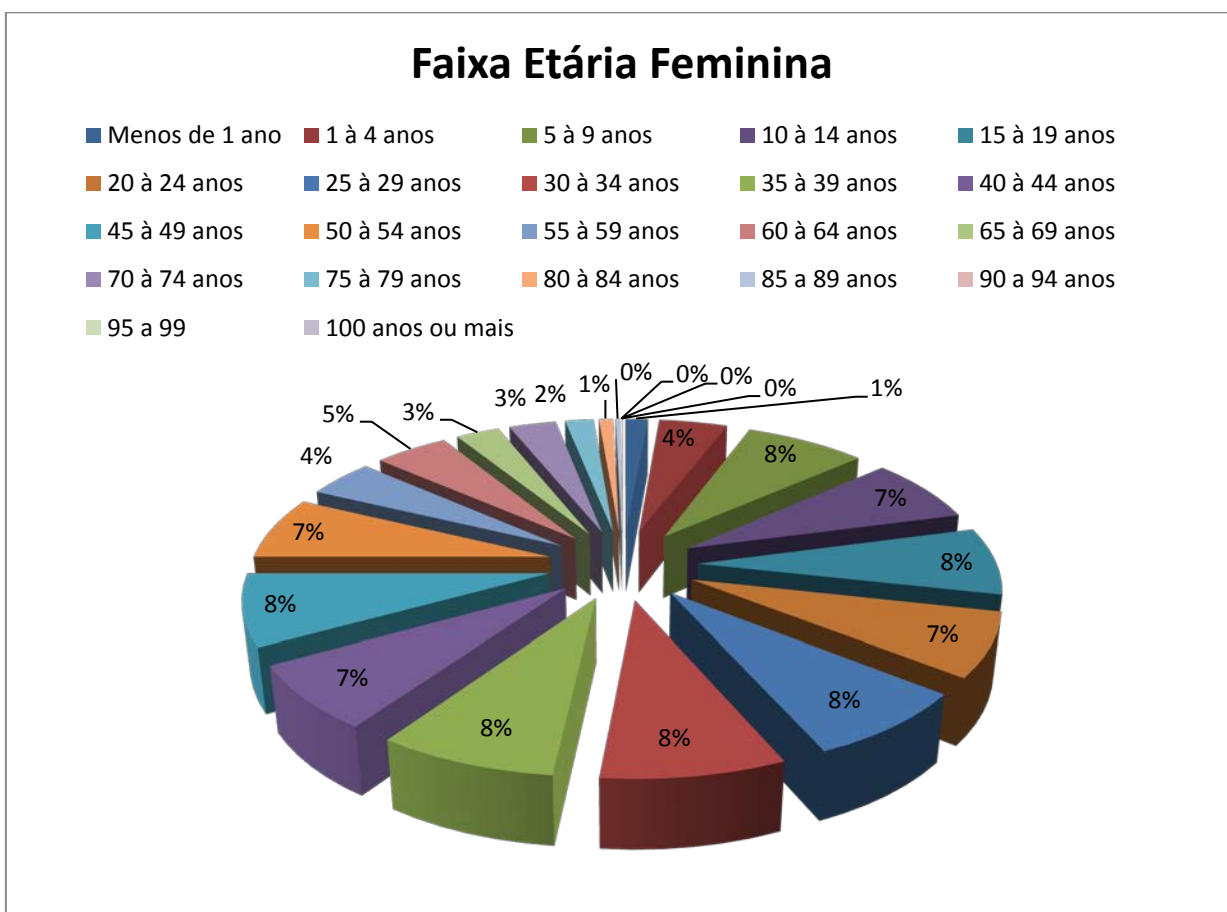
Fonte: IBGE – Censo 2010 – Gráfico: Elaborado pela autora

Pensando na localização dessa população municipal com predominância masculina, conforme informações disponíveis no atlas brasil (s.d.;s.p.) a população rural no ano de 2010 representava 55,49% do total dos habitantes, o que indica uma predominância da população rural em relação a urbana, o que exige da gestão municipal elaborar estratégias que permitam o acesso a políticas públicas – saúde, educação, assistência social, lazer e cultura – de qualidade para essa população que se encontra afastada dos centros urbanos,

de forma que esse planejamento se guia pela localização/zoneamento e particularidades da população, assim completa o entendimento a seguir:

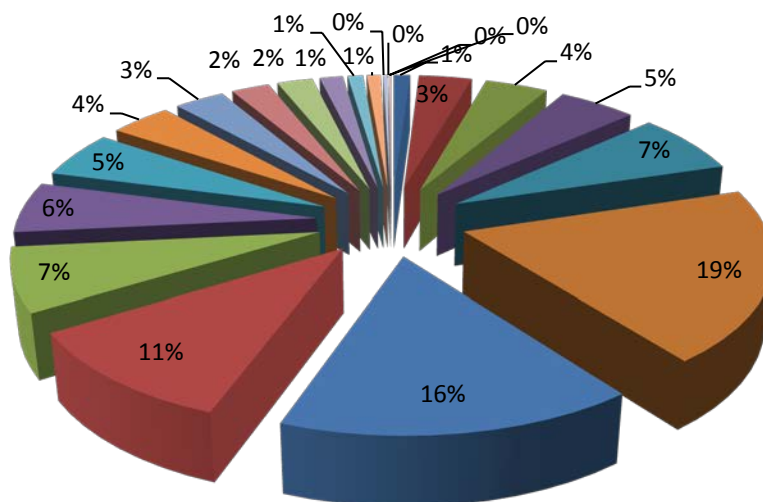
Qualquer iniciativa de planejamento local deve se iniciar pela caracterização socioeconômica e ambiental dos recursos disponíveis e pelo zoneamento territorial de modo que se tenha uma ocupação territorial organizada tanto local como regional, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável. (CAMPANHOLA e SILVA apud CHIES et all, 2011, p. 12)

Prosseguindo a análise das características gerais dessa população se faz necessário pensar como tem se distribuído a faixa de idade dos moradores do município de Marabá Paulista, com informações disponíveis no site do Ibge se tem um panorama de como está distribuída entre o sexo masculino e feminino, como pode ser observado nos próximos gráficos:



Fonte: IBGE – Censo 2010 – Gráfico: Elaborado pela autora

Faixa Etária Masculina



Fonte: IBGE – Censo 2010 – Gráfico: Elaborado pela autora

Ao observar as faixas etárias tanto dos homens quanto as mulheres se considerarmos as pessoas de zero a dezenove anos de idade representa 20% do sexo masculino e 28% do sexo feminino, sendo nessa escala de idade que se encontra concentrada a maior parte das crianças e adolescentes do município.

O Estatuto da Criança e Adolescente lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 considera como criança aquela de até doze anos incompletos e adolescentes de doze a dezoito anos, a qual legisla os direitos das crianças e adolescentes e garante a essas todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, e prevê como responsável desses a família, comunidade, sociedade em geral e o poder público, ou seja, sendo incluindo nesse poder público a instancia municipal, a qual deve se responsabilizar pela garantia e efetivação desses direitos, possibilitando assim o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social desses.

Porém o que representa um dado significativo são os números que indicam a população que estão adentrando no processo de envelhecimento, considerando a população a partir dos seus 55 anos de idade entre as mulheres

representa 15% e entre os homens 10%, principalmente entre as mulheres representa o “maior pedaço do bolo” no gráfico, o que por consequência irá demandar ao município pensar em ações e uma articulação entre as diferentes políticas públicas, pela viabilização e garantia dos direitos desses, pois os mesmos passam a adentrar em uma etapa na vida de fragilidades que requerem cuidados específicos.

Os habitantes do município de Marabá Paulista, segundo informações no Atlas Brasil em site oficial, estão situados na faixa do Desenvolvimento Humano Médio, devido às estatísticas do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

O IDH considera três pilares para analisar o desenvolvimento dos municípios segundo PNUD (2012, s.p.) saúde, educação e renda:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevaletentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

A tabela do Atlas Brasil, irá possibilitar uma compreensão do IDH do Município em uma evolução entre os anos de 1991, 2000 e 2010

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,2	0,477	0,591
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	14,94	26,57	39,61
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	35,33	76,61	96,5
% de 11 a 13 anos frequentando os finais do ensino fundamental	31,61	85,65	86,14
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	19,12	63,66	76,68
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	6,55	29,29	29,45
IDHM Longevidade	0,658	0,73	0,809
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,49	68,78	73,54
IDHM Renda	0,542	0,571	0,65
Renda per capita (em R\$)	232,77	279,37	457,56

Como é possível observar do ano de 1991 para o ano de 2010 entre todas as faixa etárias no que se refere ao acesso a Educação houve um aumento significativo, o que representa um avanço, e o que chama mais atenção foi a % de 5 a 6 anos frequentando a escola, no ano de 1991 representavam 35,33% das crianças no ano de 2010 representam 96,5%, ou seja além de ter sido um avanço quase cem por cento das crianças passaram exercer seu direito de acesso a educação, o que faz levantar a indagação de onde se encontram as crianças que representam 3,5% das que faltam para totalizar cem por cento, sendo essa uma demanda para a gestão do município em suas diferentes instancias analisar e intervir.

A estimativa de anos que uma criança irá viver ao nascer partir do ano de 2010 é de aproximadamente 73 anos, o que reafirma a necessidade de se pensar cada vez mais políticas públicas voltadas a pessoas que passam a adentrar o processo de envelhecimento, sendo que esse aspecto considerado está interligado e determinado pelos avanços e desafios presentes na política de saúde.

A renda per capita do município no ano de 2010 foi de R\$457,56 sendo essa considerada baixa apesar do avanço entre os anos demonstrados na tabela, porém essa está relacionada a produtividade, trabalho entre outros determinantes.

Apresentado as características gerais do município, os próximos subitens irão trazer a discussão de cada um desses “pilares” considerados pelo Índice do Desenvolvimento Humano.

4.2 A Política de Educação

A Política de Educação tem suas diretrizes e bases guiadas pela lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 a qual determina que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na família, convivência humana, no

trabalho, nas instituições de ensino, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Sendo a educação escolar desenvolvida nas instituições de ensino o foco deste capítulo, será analisado as instituições de ensino, docentes, número de estudantes e nível de escolaridade do município de Marabá Paulista.

Segundo informações disponíveis no IBGE – Ensino: matrículas, docentes e rede escolar do ano de 2012, o município não tem escolas privadas e federais, conta somente com escolas públicas municipais e estaduais, como mostra a tabela:

Nível de Ensino	Quantidade de Escolas
Ensino pré-escolar - Municipal	1
Ensino pré-escolar - Estadual	0
Ensino fundamental - Municipal	2
Ensino fundamental - Estadual	1
Ensino médio - Municipal	0
Ensino médio - Estadual	1

Fonte: IBGE - Tabela: elaborada pela autora

O Ibgge tem registrado o número de matrículas feitas no ano de 2012 que ficam alocadas nas escolas do município, foram 66 matrículas na pré-escola, 480 no ensino fundamental e 156 no ensino médio, o que indica um total de 702 matrículas de alunos para o ano letivo de 2012.

Ainda segundo o IBGE o corpo docente do município totaliza em 73 profissionais:

Docentes	Quantidade de Docentes
Docentes do Ensino pré-escolar - Municipal	7
Docentes do Ensino pré-escolar - Estadual	0
Docentes do Ensino fundamental - Municipal	27
Docentes do Ensino fundamental - Estadual	17
Docentes do Ensino médio - Municipal	0

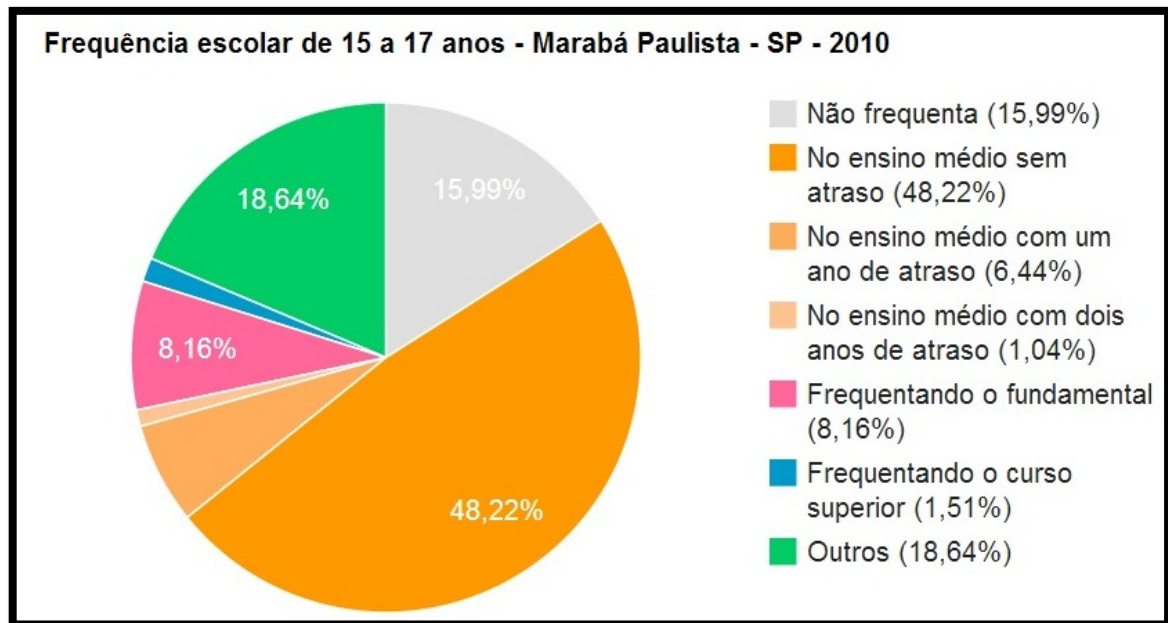
Docentes do Ensino médio -Estadual	22
Fonte: IBGE - Tabela: elaborada pela autora	

Conforme é possível observar o ensino fundamental é o que tem um número mais alto de alunos um total de 480 alunos, somando-se o número de professores tanto da escola estadual quanto a municipal esses totalizam em 44 profissionais, aproximadamente 11 alunos para cada professor, apesar de aparentar ser um número baixo e proporcional para se ter um melhor aproveitamento do aprendizado, o município possui um alto índice de habitantes com baixo índice de escolaridade.

Informações disponíveis no site do Atlas Brasil (s.d.;s.p.) indicam como foi a frequência escolar dos alunos, os dividindo em grupos de três faixa etárias, de 6 a 14 anos, de 15 a 17 anos e 18 e 24 anos.

O primeiro grupo – 6 a 14 anos – sendo crianças e adolescentes – os quais são cidadãos em processo de desenvolvimento – e que por lei devem ser protegidos pela família, comunidade e estado, 1,09% desses não frequentam a escola, 8,7% frequentam o ensino fundamental com um ano de atraso e 9,2% frequentam com dois anos de atraso, dados que requerem uma intervenção pode parte do poder público, cabendo a esse identificar quais são os determinantes que levam a esses indicadores, para construir abordagens e respostas que alterem essa realidade.

O segundo grupo chama atenção – 15 a 17 anos, devido ao fato de 15,99% desses não frequentarem a rede regular de ensino, somente 48,22% serem alunos do ensino médio sem atraso, o que não corresponde nem a 50% dessa faixa etária da população, e o índice de repetência desse grupo pois 8,16% desses adolescentes frequentam o ensino fundamental, fenômeno esse que deve estar relacionado a diversas expressões da questão social, informação essa que será demonstrada no próximo gráfico:



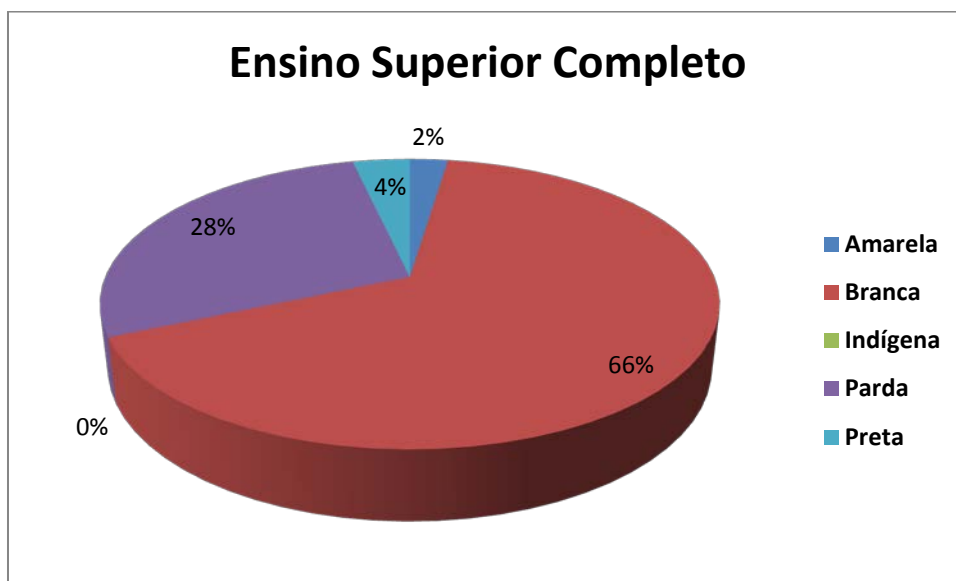
Fonte: Gráfico Atlas Brasil

Abrindo um parêntese e ainda pensando nesse grupo de faixa etária, o Atlas Brasil (s.d.;s.p.-s.p.) fez um levantamento para considerar quantas pessoas maiores de 15 anos se declararam não serem capazes de ler e escrever, ou que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram e as que apenas assinavam o próprio nome, no ano de 2010 esse grupo representava 10,35% da população

Esse índice de 10,35% é consideravelmente alto, pensando-se que inclui a população acima de 15 anos, ou seja, composta por adolescentes, jovens e adultos que estão prestes a adentrar o mercado de trabalho e muitos deles já se encontram, e o analfabetismo por consequência os deixam vulneráveis ao mercado de trabalho informal, sem a proteção das leis trabalhistas entre outras precariedades.

O ultimo grupo são jovens entre 18 e 24 anos os quais deveriam estar cursando o nível superior de ensino, porém conforme disponível na análise do Atlas Brasil 83,81% desses jovens não frequentam a escola, 4,03% deles frequentam o ensino fundamental e 4,78% estão no ensino médio, somente um grupo de 3,6% desses jovens frequentam o curso superior, um dado esse que demonstra o nível baixo de acesso a educação superior, o que por consequência representa uma baixa possibilidade de desenvolvimento da população e que está atrelada a valores culturais, determinantes econômicos e sociais.

Fazendo um recorte e pensando nos moradores do município que possuem curso de nível superior completo, os subdividindo entre grupos de cor: amarela, branca, indígena, parda e preta, segundo dados do Ibge (s.d.;s.p.) é possível demonstrar que a educação reproduz uma lógica de exclusão social marcada pela colonização portuguesa e sistema escravista pessoas do grupo da cor preta tem um menor acesso devido aos determinantes econômicos, sociais e culturais, conforme o gráfico demonstra:



Fonte: Ibge – Gráfico: Elaborado pela autora

A Fundação Seade informou que as despesas realizadas pelo poder público municipal a ações voltadas para educação totalizou em um valor de R\$ 3.988.439,00 no ano de 2012. Se considerarmos o número de matrículas realizadas nesse ano como apresentado no início da discussão essa totalizou em 702 matrículas, o que corresponde a aproximadamente R\$ 5.681,53 de investimento por aluno no decorrer do ano e aproximadamente R\$ 473,46 por mês.

Assim, o município apresenta seus desafios presentes na área da educação principalmente em relação aos adolescentes e jovens a partir de 15 anos, que demonstram um alto índice de evasão escolar, o que requer uma ação pública e um maior investimento nessas demandas visando alterar essa realidade e alterar os indicadores que caracterizam atualmente a política de educação municipal.

Como já apontado nesse capítulo o acesso à educação está atrelado ao tipo de acesso ao mercado de trabalho e conseqüentemente ao nível de renda, e

sendo também esse um pilar que compõe o IDH do Município esse será o próximo item a ser analisado.

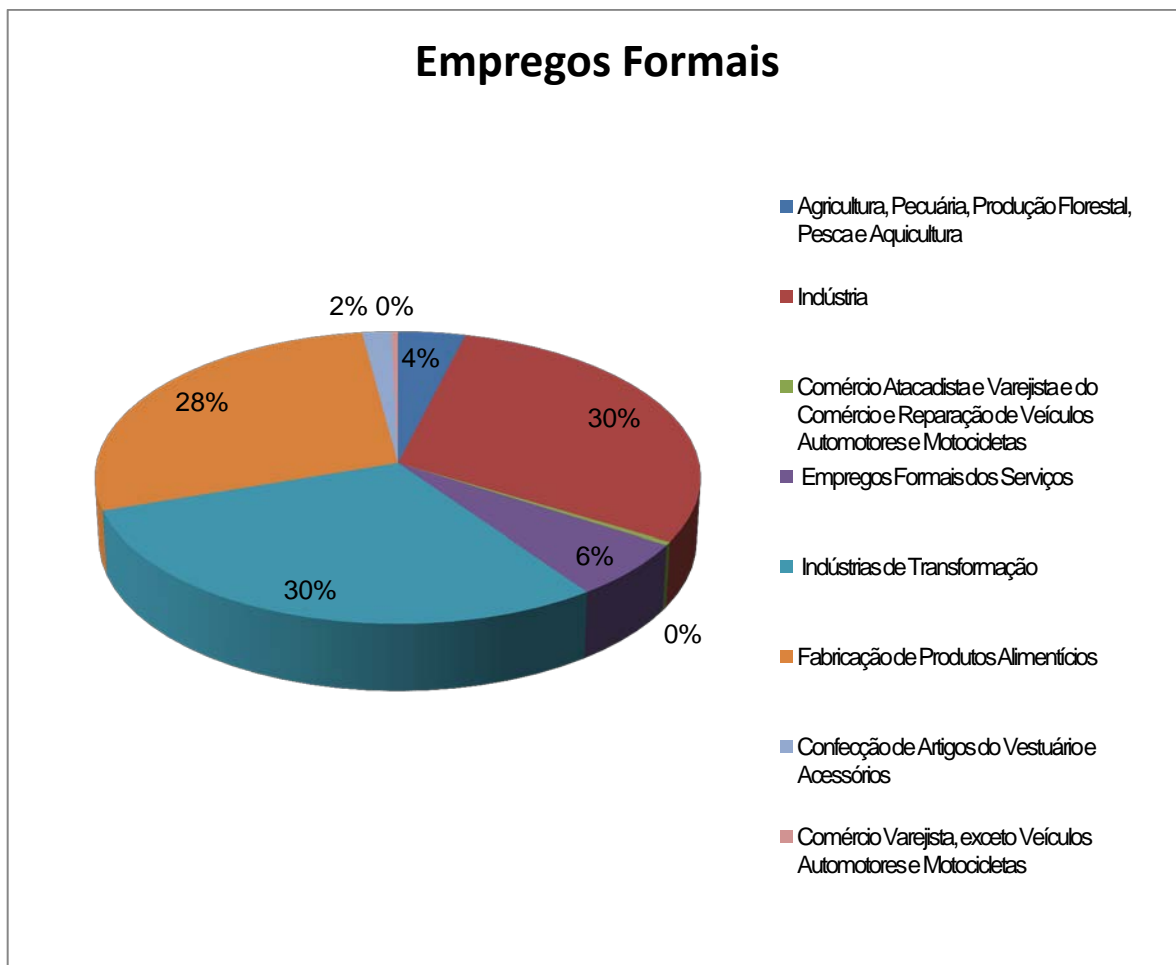
4.3 Renda, emprego e remuneração

A renda mensal das famílias e o poder aquisitivo das mesmas dependem de suas ocupações e espaços de trabalho, sendo esses os pontos a serem analisados no decorrer do capítulo, os quais irão indicar a situação e o perfil econômico dos moradores.

Segundo o Atlas Brasil (s.d.;s.p.) a população de 18 anos ou mais economicamente ativa correspondeu a 49,71% dos moradores em 2010.

Considerando os locais e espaços de trabalho dos moradores do município de Marabá a Fundação Seade no ano de 2010 estimou que haviam 2.147 empregos formais no município, sendo que são considerados empregos formais para essa os vínculos empregatícios ativos até 31 de dezembro de cada ano com base em informações do Ministério do Trabalho e Emprego, entretanto somente 466 mulheres ocupavam esses espaços de trabalho e 1681 homens completavam o restante, o que demonstra ainda uma marca presente de uma submissão e relação de gênero, onde as mulheres ficam mais vulneráveis a vagas de trabalhos informais.

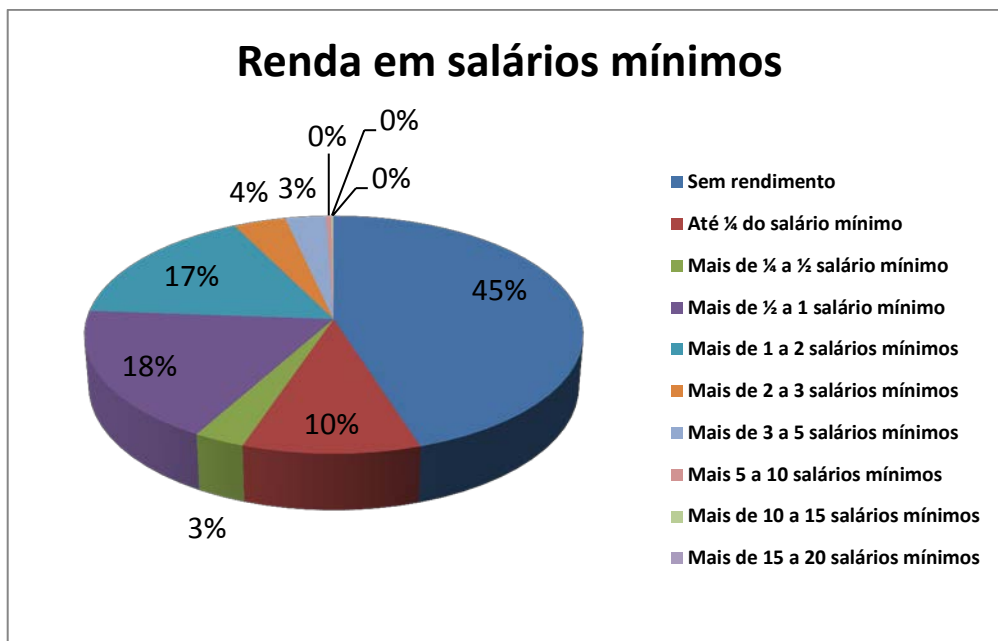
A Fundação Seade, tem um levantamento de onde estão alocados esses trabalhadores do mercado de trabalho formal, dividindo-os em categorias, como demonstra o gráfico:



Fonte: Fundação Seade – Gráfico: Elaborado pela autora

Como é possível observar a indústria e a indústria de transformação possuem juntas 60% da mão de obra formal, cabendo ressaltar que a categoria “ramo de produção alimentícia” emprega 28% e segundo a Fundação Seade (s.d.;s.p.) as atividades desse trabalho compreende o processamento e a transformação de produtos da agricultura, pecuária e pesca em alimentos para uso humano e animal; e 4% dos espaços de trabalho formal estão na área da agricultura, produção florestal, pesca e aquicultura. De modo que 32% dos espaços de trabalho formal estão disponíveis na área do campo o que demonstra a forte presença do setor agrário e agropecuário do município.

Para conhecer a renda desses moradores, com base em dados disponíveis no site do Ibge, é possível saber como ela se expressa em salários mínimos, considerando a população acima de dez anos com rendimento, assim expressa o gráfico:



Fonte: Ibge – Gráfico: Elaborado pela autora

Como demonstra os dados 45% da população não tem nenhum rendimento, porém cabe ressaltar que entre essas se encontram crianças e adolescente acima de dez anos o que faz compreender o alto número.

Um grupo que chama atenção são aqueles habitantes do rendimento que varia de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e até 1 salário mínimo esses representam 31% da população com rendimento, o que demonstra uma situação econômica precária e os deixam vulneráveis a diversas expressões da questão social, devido a um sistema econômico que se baseia no poder aquisitivo dos cidadãos, cabendo enfatizar que 10% desses 31% recebem até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo que atualmente corresponderia R\$ 167,50 podendo ser até menos que esse valor, provavelmente essas pessoas com rendas inferiores a um salário mínimo são mão de obra do trabalho informal.

O Atlas Brasil em seus dados disponíveis sobre o município de Marabá Paulista indicam a evolução da renda per capita, porcentagem dos que se encontram em situação de “extremamente pobres” e dos “pobres” entre os anos de 1991, 2000 e 2010.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Marabá Paulista - SP			
	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	232,77	279,37	457,56
% de extremamente pobres	6,64	14,68	3,04
% de pobres	38,47	36,67	8,28

Fonte: Atlas Brasil

Na ultrapassagem dos anos de 1991 até o ano de 2010 a renda per capita populacional praticamente dobrou, porém o que não representa um avanço significativo e não altera a realidade de muitos moradores, como aponta a porcentagem da população que ainda se encontra em uma situação de pobreza equivalem a 8,28% dos habitantes e de extrema pobreza esses compreendem 3,04% da população - segundo a Revista Época (2011, s.p.-s.p.) as famílias que estão em situação de extrema pobreza são aquelas que cuja a renda per capita não ultrapasse R\$ 70,00.

Sendo que esses dados os quais demonstram salários baixos confirmam as situações precárias e de vulnerabilidade social que essas famílias vivenciam, e se relaciona com um baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e por consequência um número alto de famílias que dependem e necessitam de programas de transferência de renda – como será abordado adiante – demandas essas que cabem ao poder público intervir.

O próximo capítulo irá discutir o terceiro “ pilar” considerado pelo IDH a longevidade humana, que está interligada a política de saúde.

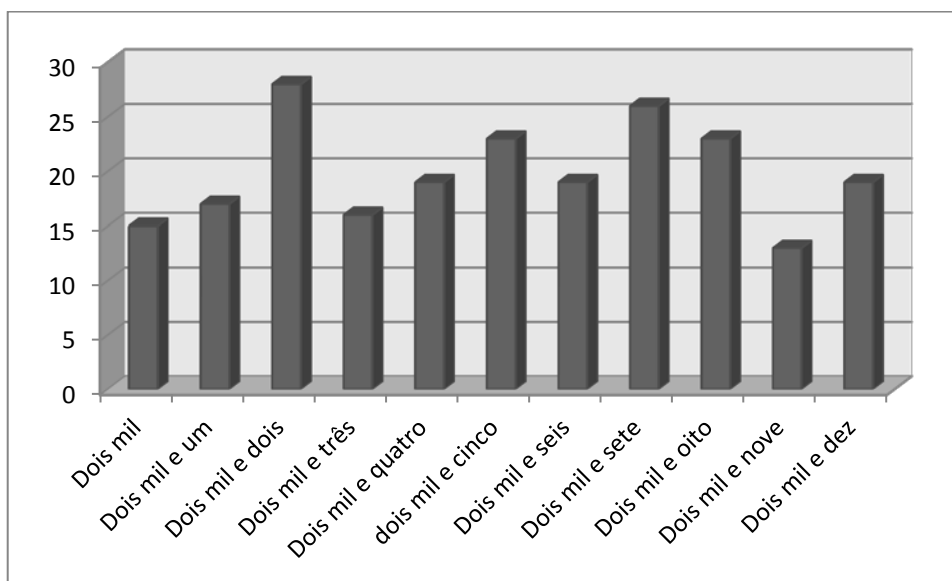
4.4 Longevidade e a Política de Saúde

A longevidade é a estimativa de quantos anos irá viver uma criança ao nascer, o Atlas do Desenvolvimento Humano (s.d.;s.p.) com base em dados do Ibge 2010, informou que a esperança de vida ao nascer uma criança é de 73,5 anos, ainda segundo o Atlas, “A esperança de vida ao nascer sintetiza as condições sociais, de saúde e de salubridade do município ao considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias daquela localidade. Todas as causas de

morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto doenças quanto causas externas”.

Sendo a taxa de mortalidade “um coeficiente utilizado na medição do número de mortes em determinada população, adaptada ao tamanho desta mesma população, por unidade de morte.” (SANTIAGO, s.d.; s.p.)

Contudo com a ilustração do gráfico será possível observar como se encontra o índice dos óbitos nos últimos anos:



Fonte: Datasus Tabela: Elaborada pela autora

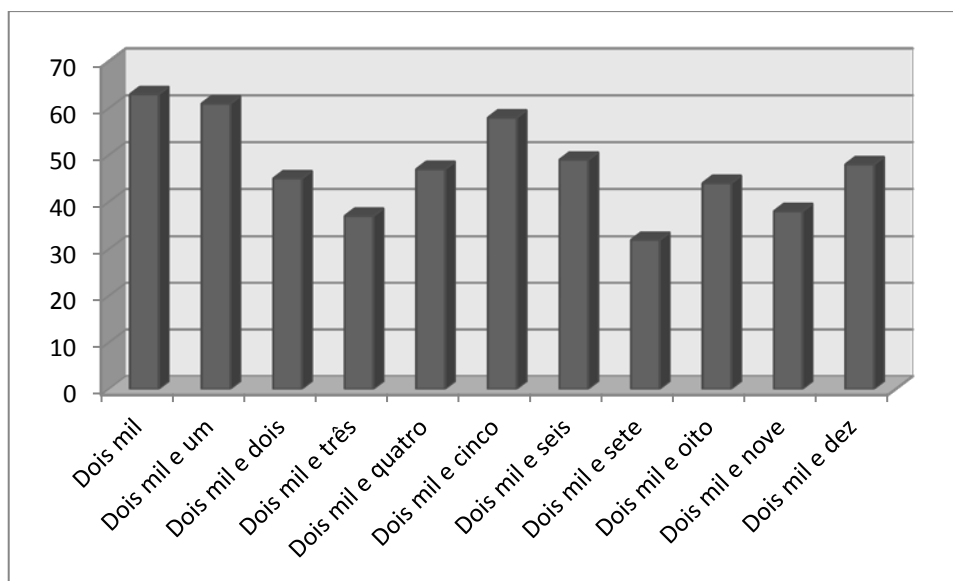
Assim, como é possível observar entre os últimos onze anos o número de óbitos manteve uma média de quinze a vinte oito óbitos por ano, o que lhe garantiu uma taxa de mortalidade no ano de Dois mil 4,06 e no ano de Dois mil e dez ouve uma queda para 3,75, como indica a tabela:

Indicadores Vitais	2000	2010
<u>Taxa de Mortalidade Geral (por local de residência) (Por mil habitantes)</u>	4,06	3,75
<u>Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)</u>	16,50	11,46
Fonte: Fundação Seade		

E segundo a Fundação Seade sendo a natalidade a relação de a quantidade de nascidos vivos em um espaço geográfico e em determinado período,

nos últimos dez anos houve uma queda no número de crianças que nasceram no município como é possível observar de a taxa de 16,50 caiu para 11,46, o que representa uma queda de 30% no número de nascimento das crianças.

Essa queda passa a ser mais acentuada a partir do ano de 2007 como demonstra os dados do Datasus,



Fonte: Datasus - Gráfico: Elaborado pela autora

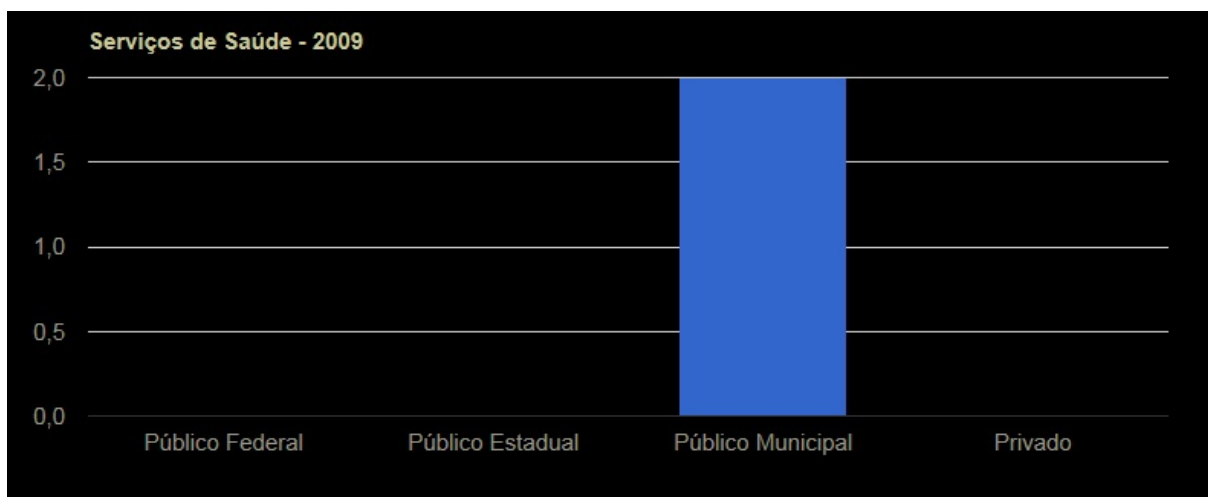
Contudo a longevidade, taxa de mortalidade e natalidade estão relacionada às condições de saúde, de modo que essa será discutida adiante, trazendo a tona como se encontra a materialização dessa política no município, a qual interfere no desenvolvimento da vida de seus moradores.

A lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde em seus primeiros parágrafos determina que a saúde é um direito fundamental, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu exercício – o que não exclui a responsabilidade da família e sociedade.

Sendo que a saúde depende de fatores e condicionantes como expressa a lei “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.”.

A saúde está para além da ausência de doença a política se vincula também com ações que previnam e evitem a proliferação de doenças e causas que prejudicam a saúde.

O município de Marabá Paulista conta somente com serviços de saúde municipais, como mostra o gráfico disponível no Ibge:



Fonte: Ibge

Complementando melhor essas informações e para entender a dinâmica dessa política, segundo o site da prefeitura municipal, a Secretaria de Saúde de Marabá Paulista, conta com duas equipes de Estratégia Saúde da Família, sendo uma urbana e outra rural. Constituídas por: 02 médicos, 02 enfermeiros, 02 dentistas, 04 auxiliares de enfermagem, 02 auxiliares de consultório dentário.

A estratégia saúde da família urbana atende aproximadamente 2900 pessoas; e a estratégia saúde da família rural atende seis assentamentos e fazendas, com aproximadamente 2300 pessoas.

O Centro odontológico do município conta com um dentista que atende aproximadamente 220 pacientes por mês.

As ações da equipe de saúde contam também com: uma psicóloga que atende 266 pacientes por mês; um ginecologista que atende 24 pacientes por mês; um fisioterapeuta que atende 180 pacientes por mês, sendo esses pacientes moradores tanto da zona rural quanto urbana.

Como já apontado no texto à saúde envolve as condições de saneamento básico o que exige o abastecimento de água encanada, e a coleta de

lixo entre outros aspectos, porém segundo o Atlas Brasil, a população rural do município de Marabá Paulista não tem coleta de lixo e 11,29% da população ainda se encontra sem água encanada,

% da população em domicílios com água encanada	88,71
% da população em domicílios com coleta de lixo. *Somente para população urbana.	98,63

Fonte: Atlas Brasil

Dados como esses indicam à necessidade de se repensar a materialização da política no município, para construção de novos indicadores e mudanças nessa realidade.

Sabendo-se que as políticas públicas dependem uma da outra para garantia dos direitos sociais dos cidadãos o próximo capítulo irá abordar a Política de Assistência Social no município de Marabá Paulista.

4.5 A Política de Assistência Social no Município e o IPVS

A Política de Assistência Social conforme define a LOAS – Lei Orgânica da Assistência -, compõe o tripé da Seguridade Social, sendo uma política não contributiva que prevê a garantia dos mínimos sociais a quem dela necessitar.

Sendo seu objetivo: a proteção social que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

Entretanto a sua materialização como de outras políticas devem estar de acordo com as especificidades do território/município, ou seja, relacionadas aos indicadores sociais que o mesmo apresenta como aponta a Seade (2013, p. 6):

Um dos maiores desafios para a formulação e implementação de políticas públicas relaciona-se à identificação dos locais prioritários para a intervenção do Estado. Em outras palavras, trata-se de localizar espacialmente as áreas que concentram a residência dos segmentos populacionais mais frágeis, que deveriam ser, em princípio, alvos prioritários das políticas públicas.

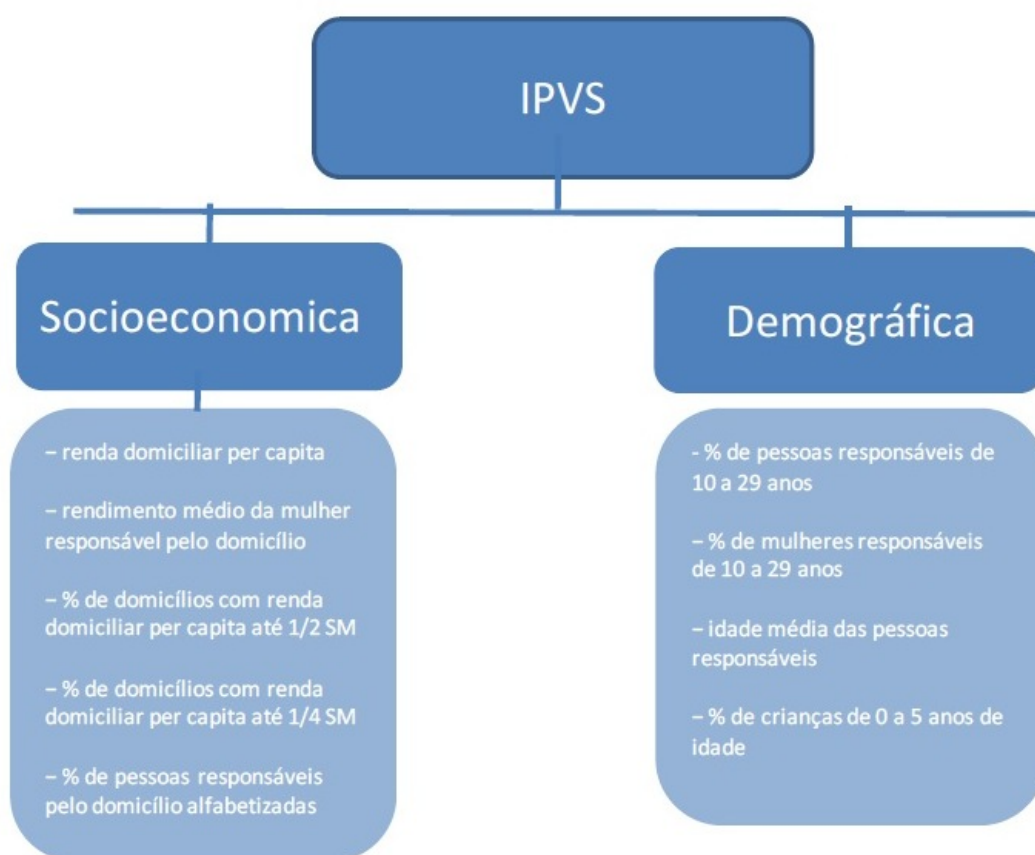
O Município de Marabá Paulista que tem Porte Pequeno I e está no nível de Gestão Inicial, em seu site oficial informa que a política de Assistência Social conta com um departamento de prédio próprio que funciona semanalmente entre as 8h00m até às 17h00m, o qual desenvolve programas, projetos e serviços, sendo esses: Programa Bolsa Família; Programa Renda Cidadã; Programa Ação Jovem; Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família; Serviço de Atendimento Emergencial a Família; Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de PSC (Prestação de Serviço a Comunidade); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com Adolescentes e Jovens.

A gestão do município conta também com uma Associação denominada: “Associação de Usuários do Centro Comunitário Urbano de Marabá Paulista” a qual desenvolve dois serviços: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com crianças e adolescentes de 06 à 15 anos e Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo ao idoso. E tem atualmente uma unidade do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, a qual é uma unidade de Proteção Social Básica e tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de riscos sociais.

Entretanto a Secretaria de Desenvolvimento Social em site oficial, possui uma ferramenta chamada “Mapa Social”, essa oferece informações de todos os municípios do Estado em relação à localização de equipamentos sociais, como CRAS, CREAS, Entidades Assistenciais, Postos de Distribuição do Vivaleite, Restaurantes Bom Prato e Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social - Drads. E em relação ao município de Marabá o site tem somente registrado a existência do Posto de Distribuição do Vivaleite sendo uma unidade, e não consta os outros equipamentos apontados anteriormente.

E por meio desses equipamentos da política de Assistência, o município atende os seus moradores que segundo a Fundação Seade no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS – encontram-se em situação de vulnerabilidade no nível baixa, média e alta.

A Fundação Seade identifica a situação de vulnerabilidade do município considerando os seguintes aspectos socioeconômicos e demográficos como mostra o esquema abaixo:



Fonte: Fundação Seade – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

O IPVS considera não somente os indicadores de renda/pobreza, compreende também a capacidade de não ter acesso aos bens e políticas públicas, o número de mulheres chefe de família, a alfabetização dos chefes de famílias, a faixa etária dos mesmos, e o número de crianças, a vulnerabilidade demográfica relacionada ao local de moradia zona rural, favelas, que podem interferir no acesso a políticas publicas, locais de trabalho entre outros.

Partindo desses pressupostos o IPVS classifica a população em grupos de diferentes níveis de vulnerabilidades, como mostra a tabela:

Grupos	Descrição
Grupo 1 – Nenhuma vulnerabilidade	Engloba os setores em melhor situação socioeconômica, com responsáveis pelo domicílio de elevados níveis de renda e escolaridade e esses tendem a ser mais velhos e com menor presença de crianças.
Grupo 2 – Vulnerabilidade muito baixa	Abrange os setores censitários que se classificam em segundo lugar, concentram-se em média as famílias mais velhas.
Grupo 3 – Vulnerabilidade baixa	São aqueles que se classificam nos níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica e seu perfil demográfico caracteriza-se pela predominância de famílias jovens e adultas.
Grupo 4 – Vulnerabilidade média	Composto pelos setores de níveis médios na dimensão socioeconômica, concentram-se famílias jovens, isto é, com forte presença de chefes jovens (com menos de 30 anos) e de crianças pequenas.
Grupo 5 – Vulnerabilidade alta	Engloba os setores que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica, estando entre dois grupos em que os chefes apresentam em média baixos níveis de renda e escolaridade e também famílias mais velhas com menos presença de crianças.
Grupo 6 – Vulnerabilidade muito alta	O segundo dos dois piores grupos em termos da dimensão socioeconômica (baixa), com grande concentração de famílias jovens. A combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças pequenas permite inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza.

Fonte: Fundação Seade – Tabela elaborada pela autora

Assim diante as informações, o quadro situacional de vulnerabilidade das famílias de Marabá Paulista segundo a Fundação Seade se distribui da seguinte forma:

O Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 837 pessoas (23,5% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.115 e em 36,9% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 17,8%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 23,3% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 7,7% do total da população desse grupo.

O Grupo 4 (vulnerabilidade média - setores urbanos): 1.503 pessoas (42,2% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.399 e em 22,2% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 49 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,5%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 12,2% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 7,5% do total da população desse grupo.

O Grupo 5 (vulnerabilidade alta - setores urbanos): 639 pessoas (17,9% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.198 e em 32,4% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 18,1%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 20,0% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 9,9% do total da população desse grupo.

O Grupo 7 (vulnerabilidade alta - setores rurais): 584 pessoas (16,4% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.128 e em 36,6% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 49 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 6,2%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 4,5% tinham

até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 9,1% do total da população desse grupo.

O que evidentemente chama atenção é que grupos sem nenhuma vulnerabilidade ou com baixa vulnerabilidade não aparecem nas características dos moradores, o que indica um alto índice de vulnerabilidade em linhas gerais.

Como é possível observar entre todos os grupos existe uma porcentagem relevante de famílias que o rendimento não ultrapassa meio salário mínimo per capita, e também de mulheres jovens de até 30 anos como chefes de família.

Cabe chamar a atenção para o grupo da população rural que está em situação de vulnerabilidade alta, porque para além de estarem em situações econômicas desfavoráveis estão localizados em áreas que dificultam o acesso a políticas públicas.

Pontos esses que requerem melhor uma atenção do poder público pela ampliação e consolidação de políticas públicas que modifiquem esse quadro situacional, e melhore a qualidade de vida dos moradores.

Sendo muitas dessas famílias atendidas pelos serviços e programas da assistência, assim demonstra as informações do site da Secretaria do Desenvolvimento Social, com base no senso 2010

Proteção Social	
Número de atendidos na PSB - Proteção Social Básica	379
Número de atendidos na PSE - Proteção Social Especial de Média Complexidade	221
Transferência de Renda e outros benefícios	
Número de famílias beneficiárias no Programa Renda Cidadã	220
Número de jovens beneficiários do Programa Ação Jovem	86
Refeições servidas por mês no Restaurante Bom Prato	-
Número de atendidos pelo Programa Vivaleite	232
Recursos/ano repassados do Estado para o Município	
Programa Renda Cidadã	211.200,00
Programa Ação Jovem	82.560,00
Restaurante Bom Prato	-

Vivaleite	55.958,00
Cofinanciamento da Proteção Social Básica e Especial	85.800,00
Investimento na infraestrutura da rede de Proteção Social	

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Social

Assim como identificado pelo IPVS o município apresenta grandes indicadores de vulnerabilidades, o que chama atenção é o número de famílias atendidas no ano de 2010 pela proteção social básica totalizam 379 moradores, o que contradiz com os dados do IPVS que apresentam altos números de famílias em situação de vulnerabilidade média e alta.

Deve-se observar também o número de famílias atendidas pela proteção social especial de média complexidade totalizam 221 moradores, o que leva a conclusão de que essas famílias não tiveram um acompanhamento pela proteção social básica que deveria identificar as famílias que estão vulneráveis a situações de rompimento e violação de direitos, podendo assim diminuir o número de famílias que vivenciam as circunstâncias que levam a necessidade de serem atendidas pela proteção social especial de média complexidade.

Entre os programas do Estado de São Paulo: Renda Cidadã, Ação Jovem e Vivaleite, o que tem o maior número de abrangência, é o programa Vivaleite, sendo esses destinados a: crianças de 6 meses a 6 anos e 11 meses de idade e idosos com idade acima de 60 anos, pertencentes a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos – segundo a Secretaria do Desenvolvimento Social.

Em relação aos programas e serviços do Governo Federal o acesso e materialização desses segundo a SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação) em informações disponíveis no Relatórios de Informações Sociais, a situação do município pode ser visualizada nas próximas tabelas:

Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV)	Beneficiários	Repasse do Mês	Repasse Acumulado	Referência
Total de Beneficiários Idosos	19	R\$ 12.882,00	R\$ 103.734,00	08/2013
Total de Beneficiários PCD	29	R\$ 19.662,00	R\$ 147.804,00	08/2013
Total	48	R\$ 32.544,00	R\$ 251.538,00	08/2013

Fonte: SAGI

Programas/Ações	Beneficiários/Metas		Repasse do Mês	Repasse Acumulado	Referência
PAIF - Serviços de Proteção Social básica à Família	500	Capacidade de Atendimento das Famílias	R\$ -	R\$ 18.000,00	06/2013
Serviços de Convivência e/ou no domicílio	220	Crianças e/ou Idosos e suas Famílias	R\$ -	R\$ 3.000,00	06/2013
Projovem Adolescente	-	Coletivos	R\$ -	R\$ -	06/2013
	0	Vagas			
	-	Jovens (Sisjovem)			
Total Proteção Social Básica			R\$ 0,00	R\$ 21.000,00	-
Total Proteção Social Especial			R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Total (Proteção Social Básica + Proteção Social Especial)			R\$ 0,00	R\$ 21.000,00	

Fonte: SAGI

Programa Bolsa Família	em ago/13	acumulado em 2013
Total de Famílias beneficiadas	312	-
Valor Repassado	47.604,00	349.586,00

Fonte: SAGI

Com base nesses dados se pode ter uma análise da situação do acesso aos serviços e programas federais dos moradores de Marabá Paulista, e de quanto tem sido o repasse de recursos para o mesmo, como é possível analisar por exemplo em relação ao PAIF – Serviço de Proteção Básica à Família, até o mês de junho de 2013 o repasse acumulado destinado a esse serviço totalizava um valor de R\$ 18.000,00, o que indica que o desenvolvimento de trabalho para a superação das situações de vulnerabilidades vivenciadas pelos moradores de Marabá, que podem ser desenvolvidas pelo PAIF, não está relacionada a falta de recursos e sim a limites da própria gestão da política.

Contudo a materialização da política de assistência tem ainda muito a avançar e suas ações devem ser repensadas com base nos indicadores que o território aponta, sendo essa uma responsabilidade pública, pela efetivação plena dos direitos sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a construção do estudo foi possível identificar os diferentes entraves e situações de vulnerabilidades vivenciadas pelos moradores do município, diante a ineficácia das políticas públicas e a falta de acesso das mesmas.

São notáveis os altos índices de baixa escolaridade, o acirramento do processo de envelhecimento, as baixas remunerações, as situações de vulnerabilidade para os espaços de trabalho informal, as poucas unidades de atendimento de saúde, a falta de saneamento básico na área rural, entre outros.

O que a partir disso leva a necessidade de se repensar a gestão das políticas públicas do município e a quantidade de recursos investidos nas mesmas, sendo necessário construir estratégias que alterem essa realidade e atendam aos moradores, onde a implementação e implantação dessas tenham a participação da sociedade, e que não seja uma construção “para” e sim “com” os próprios moradores do município de Marabá Paulista.

Por fim a construção do trabalho permitiu a reflexão de como os dados transformados em indicadores se fazem de suma importância para compreensão da realidade e melhorar os processos de gestão em qualquer área de política pública, de modo que esses permitem a leitura da realidade.

Sendo o Assistente Social um profissional que é requerido muitas vezes para atuar como gestor ou trabalha em diferentes políticas públicas, o mesmo deve ser um profissional que faça a construção de indicadores que indiquem o caminho que precisa ser percorrido e demonstrem como tem sido o impacto de suas intervenções, possibilitando assim o monitoramento e avaliação de sua prática sem perder de vista os princípios que pautam o Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ATLAS, Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 30 ago. 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990**. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 09 set. 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 7 de Dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394. 1996**. Lei das Diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 02 set. 2013.

CHIES, Claudia; YOKOO, Sandra Carbonera e IRANZO, Pollyana. **Reflexões sobre os conceitos de rural e urbano: Impactos nas políticas públicas brasileiras**. 2011. Disponível em: <http://www.mauroparolin.pro.br/seurb/Trabalhos/EIXO_6_PENSAMENTO_GEOGRAFICO_URBANO_5_ARTIGOS/CHIES_REFLEXOES SOBRE OS CONCEITOS DE RURAL E URBANO IMPACTOS NAS POLITICAS PUBLICAS BRASILEIRAS.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

DATASUS, Gov. **Departamento de Informática do SUS**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>.

EPOCA, Revista. **16,2 milhões de brasileiros são extremamente pobres**. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI230252-15228,00-MILHOES+DE+BRASILEIROS+SAO+EXTREMAMENTE+POBRES.html>>. Acesso em: 07 set. 2013.

GIROTO, Ana Paula Santana; ROCHA, Simone Tarifa da; YWATA, Suzana Yuriko; ROMERA, Valderes Maria. **Indicadores Sociais: Um imperativo no Cotidiano dos Assistentes Sociais Atuantes no Processo de Gestão**. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. 2006.

IBGE, Gov. **IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>>.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos. 5. ed. Campinas: Alínea, 2012.

MDS, Gov. **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/index.php?group=1>>.

PNUD, Org. **O que é o IDH**. 2012. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_ID>. Acesso em: 2 set. 2013

SANTIAGO, Emerson. **Taxa de Mortalidade**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/demografia/taxa-de-mortalidade/>>. Acesso em: 13 de set. 2013

SEADE, Gov. **Fundação Seade**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>.

SEADE, Gov. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. 2013. Disponível em: <<http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013

DESENVOLVIMENTOSOCIAL, Gov. **Secretaria do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/>>.